COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 234, DE 2011

Inclui os parágrafos primeiro e segundo ao art. 781 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, de modo estabelecer normas sobre indenização para os contratos de seguro de veículos automotores.

Autor: Deputado SANDES JÚNIOR

Relator: Deputado CLÁUDIO PUTY

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em questão pretende, conforme seu Autor, “minimizar as constantes divergências entre as seguradoras e os segurados no momento da definição do valor da indenização na hipótese de perda total do veículo segurado, o que tem levado a inúmeras batalhas jurídicas”, mediante acréscimos à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - o Código Civil brasileiro.

Nesse sentido, estabelece que o valor da indenização nos casos de sinistro com furto ou perda total do veículo será o estipulado na respectiva apólice, obrigando também as seguradoras a incluir cláusula dispondo sobre o índice a ser utilizado para a atualização monetária da referida indenização.

Segundo o Autor, o estabelecimento da indenização em valor certo e determinado, em síntese, reproduz o que se encontrava disposto no art. 1.462 do Código Civil anterior, o qual não possui correspondência com qualquer artigo do Código atual, e que assim dispunha:

*“Art. 1.462. Quando ao objeto do contrato se der valor determinado, e o seguro se fizer por este valor, **ficará o segurador obrigado,***

no caso de perda total, a **pagar pelo valor ajustado a importância da indenização**, sem perder por isso o direito, que lhe asseguram os arts. 1.438¹ e 1.439².” (grifamos)

Ainda em sua justificação, o Autor acrescenta entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que “na hipótese de perda total ou de furto de veículo objeto de contrato de seguro, o valor da indenização securitária deve corresponder ao valor lançado na apólice de seguro, e não, ao valor médio de mercado do veículo sinistrado”. Também, que é “abusiva a prática de incluir na apólice um valor, sobre o qual o segurado paga o prêmio, e pretender indenizá-lo por valor menor, correspondente ao preço de mercado, estipulado pela própria seguradora”. Na sequência, destaca o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça sobre a necessidade de aplicação da correção monetária, segundo ele, por força da Lei nº 6.899, de 1981³, mesmo não havendo cláusula contratual a respeito, sob pena de ensejar enriquecimento ilícito, vedado pelo art. 884 do Código Civil⁴.

A proposição foi distribuída às Comissões de Defesa do Consumidor, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

¹ Art. 1.438. **Se o valor do seguro exceder ao da coisa, o segurador poderá, ainda depois de entregue a apólice, exigir a sua redução ao valor real, restituindo ao segurado o excesso do prêmio**; e, provando que o segurado obrou de má-fé, terá direito a anular o seguro, sem restituição do prêmio, nem prejuízo da ação penal que no caso couber. (grifamos)

² Art. 1.439. Salvo o disposto no art. 1.437(*), **o segundo seguro da coisa já segurada pelo mesmo risco e no seu valor integral pode ser anulado por qualquer das partes**. O segundo segurador que ignorava o primeiro contrato pode, sem restituir o prêmio recebido, recusar o pagamento do objeto seguro, ou recobrar o que por ele pagou, na parte excedente ao seu valor real, ainda que não tenha reclamado contra o contrato antes do sinistro. (grifamos)

(*) Art. 1.437. **Não se pode segurar uma coisa por mais do que valha, nem pelo seu todo mais de uma vez**. É, todavia, lícito ao segurado acautelá-lo, mediante novo seguro, o risco de falência ou insolvência do segurador (art. 1.439). (grifamos)

³ Determina a aplicação da correção monetária nos débitos oriundos de decisão judicial e dá outras providências.

⁴ Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

Parágrafo único. Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, quem a recebeu é obrigado a restituí-la, e, se a coisa não mais subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que foi exigido.

Na Comissão de Defesa do Consumidor que nos antecedeu na apreciação da presente matéria a proposição foi aprovada, em 14 de setembro de 2011, na forma de um substitutivo, nos termos do parecer do Relator, Deputado Ricardo Izar.

Por esse substitutivo, no que tange à indenização de sinistros com perda total, em contratos de seguro de veículos automotores de vias terrestres, as seguradoras deverão oferecer ao menos duas opções aos segurados: a) a contratação pelo modelo atual, no qual o valor da indenização é vinculado ao valor de mercado, na data do sinistro – segundo disciplinamento pelo órgão oficial competente, com a aplicação de um índice de ajuste conveniente ao consumidor, ou b) a contratação dentro de um novo formato em que o valor da indenização inicialmente contratada não sofra alteração.

Em resumo, prevaleceu naquela Comissão o entendimento de que o segurado interessado em receber o valor integral da indenização estipulada quando da contratação do seguro passaria a arcar, obviamente, com custos maiores a seu exclusivo critério e conveniência, podendo os demais decidir pelo modelo atual, em que o valor da indenização está sujeita a variações conforme tabela de mercado, oficialmente reconhecida.

Nesta Comissão de Finanças e Tributação, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, X, “h”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão o exame, além do mérito, dos “aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual”.

A matéria tratada no Projeto de Lei nº 234, de 2011, ao vincular o valor da indenização ao valor da apólice de seguros de veículos, não apresenta repercussão direta nos Orçamentos da União, eis que se reveste de caráter essencialmente normativo, sem impacto direto ou indireto quanto a quantitativos financeiro ou orçamentário públicos da União.

Quanto ao mérito, O Projeto de Lei nº 234, de 2011, é apresentado a esta Casa, como tentativa de diminuir o abuso e a exploração por parte das seguradoras nos contratos de seguro de automóveis.

Nesse sentido, não há como discordar tanto do projeto principal como do substitutivo aprovado na Comissão de Defesa do Consumidor.

Contudo, cabe esclarecer que a matéria em questão encontra-se já devidamente disciplinada pela Circular SUSEP nº 269, de 30 de setembro de 2004, basicamente com o mesmo entendimento, ressalte-se, do Autor do PL nº 234/11 bem como do Substitutivo da Comissão De Defesa do Consumidor. Referida circular, da Superintendência de Seguros Privados, *“Estabelece, altera e consolida as regras e critérios complementares de funcionamento e de operação dos contratos de seguros de automóveis, com inclusão ou não, de forma conjugada, da cobertura de responsabilidade civil facultativa de veículos e/ou acidentes pessoais de passageiros.”*

O art. 4º da Circular SUSEP nº 269, de 2004, assim dispõe:

Art. 4º As sociedades seguradoras, que comercializarem apólices de seguro de automóveis, podem oferecer ao segurado, quando da apresentação da proposta, a cobertura de “valor de mercado referenciado” e/ou de “valor determinado”. (grifo nosso)

§ 1º Para efeito desta Circular, fica estabelecido que a cobertura de “valor de mercado referenciado” é a modalidade que garante ao segurado, no caso de indenização integral, o pagamento de quantia variável, em moeda corrente nacional, determinada de acordo com a tabela de referência, expressamente indicada na proposta do seguro, conjugada com fator de ajuste, em percentual, a ser aplicado sobre o valor de cotação do veículo, na data da liquidação do sinistro. (grifo nosso)

§ 2º A aplicação do fator de ajuste de que trata o parágrafo 1º deste artigo poderá resultar em valor superior ou inferior àquele cotado na tabela de referência estabelecida na proposta, de acordo com as características do veículo e seu estado de conservação.

§ 3º Para efeito desta Circular, fica estabelecido que a cobertura de “valor determinado” é a modalidade que garante ao segurado, no caso de indenização integral, o pagamento de quantia fixa, em moeda corrente nacional, estipulada pelas partes no ato da contratação do seguro. (grifo nosso)

Por sua vez, o art. 5º, da Circular nº 269, de 2004, alterado pela Circular nº 389, de 23 de setembro de 2009, estabelece:

“Art. 5º As sociedades seguradoras deverão observar os seguintes critérios na comercialização da modalidade de seguro de valor de mercado referenciado.

I – a tabela de referência deverá ser estabelecida dentre aquelas divulgadas em revistas especializadas, jornais de grande circulação ou por meio eletrônico, desde que elaborada por instituição de notória competência;

.....”

Como se verifica, a matéria encontra-se já regulamentada e na forma mais condizente com a dinâmica do ramo de seguros, ou seja, mediante circular do órgão responsável pelo disciplinamento do setor. Deste modo, não se engessa a operacionalidade necessária para a questão, o que não ocorreria, caso a regulamentação eventualmente se desse mediante projeto de lei.

Diante do exposto, somos pela não implicação da matéria em aumento de despesa ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto aos seus aspectos financeiro e orçamentário públicos, e, quanto ao mérito, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 234, de 2011, bem como do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado CLÁUDIO PUTY
Relator